

RUI BARBOSA
E A RENOVAÇÃO
DA SOCIEDADE

A plena compreensão da personalidade de Rui Barbosa não poderá ser alcançada, enquanto os seus críticos se quiserem limitar ao louvor das idéias e atitudes que êle incorporou ao nosso patrimônio político.

Como todo verdadeiro grande homem, Rui Barbosa foi um ideólogo: seus pensamentos, sua vida pública, vestiram certos imperativos da existência brasileira, deram forma e teoria a impulsos vitais, que se formavam na sociedade do seu tempo. Esses impulsos, que nêle encontraram, primeiro, um intérprete, e mais tarde um símbolo, continuam vivos na sociedade de hoje, e por isso nada é menos *histórico* que o culto rendido pelos nossos contemporâneos a Rui Barbosa. Ainda é difícil pôr em evidência o que se poderia chamar a base existencial de sua doutrina e de sua vida pública.

E entretanto, a lição de um grande homem não atinge à plenitude da eficácia, senão quando, por um ato de raciocínio, o excluimos de nossa subjetividade, para o contemplarmos, na objetividade de sua posição histórica, pensando e agindo como pessoa dramática da sociedade em que viveu. Só então se desprende dêle, livre para sempre do perigo de envelhecer, o modelo que nos pôde legar, o sentido universal, que nêle presenciamos, mas não formulávamos.

Esse sentido não o encontraremos em Rui Barbosa, enquanto nos limitarmos a lhe estudar a ideologia, sem a compreensão das realidades profundas a que serviu, e de que suas idéias, como mais tarde sua legenda, foram um instrumento de defesa e de realização.

Tôda ideologia política tira seu valor e sua eficácia histórica, não tanto dos fundamentos racionais com que se demonstra, quanto da relação profunda em que se encontra com certos imperativos da existência, que através dela aspiram à realização. Uma idéia sem equivalência existencial é uma concepção gratuita do espírito, e, no campo social, uma utopia. Cabe à inteligência política dar a certos interesses e impulsos vitais a fórmula universal, que os exprima e que os faça prevalecer.

Não há exagero em afirmar que a conversibilidade em ideologia, isto é, em princípios e normas susceptíveis de aceitação geral, é a prova decisiva por que passam as grandes forças, que periódicamente se diferenciam e tentam predominar no seio de uma sociedade. Se não conseguem engendrar ou capturar uma ideologia, permanecem meros interesses particulares, ou parciais, contidos nos limites da ordem social constituída. Se, pelo contrário, investem sua energia propulsora numa idéia, que se imponha à consciência do meio, tendem a prevalecer numa ordem nova, modelada por sua ascensão.

Rui Barbosa foi, entre nós, refletida ou espontaneamente, o ideólogo de uma reforma da sociedade. Não de uma reforma ocasionada pela brusca avulsão de certos valores, pela eclosão revolucionária de novas formas de vida, mas de uma reforma iniciada difusamente nos últimos decênios da monarquia, que mergulhava nos primórdios da nacionalidade suas terminações radiculares, e que encontrou no advento do regime republicano o momento essencial de sua fixação de rumo: essa reforma pode ser chamada, dentro de limites que indicarei, a ascensão da classe média.

Bem sei que a classe média, tal como nos habituamos a reconhecê-la entre outros povos, oferece características sociais que em vão procuraremos em nosso meio. Ali, quase sempre ela se apresenta como a camada estável por excelência e conservadora na sociedade. Formam-na os pequenos proprietários rurais, o grupo mais ou menos numeroso dos rendeiros, isto é, dos que vivem de pensões e rendimentos fixos, os pequenos industriais e comerciantes que exploram negócios individuais ou de família, os empregados de maior categoria, os intelectuais e os funcionários. Seu comportamento como classe costuma ser conservador no terreno econômico e radical no terreno político, onde se tornou o que poderíamos chamar a "rocha armazenadora" do liberalismo primitivo.

De semelhante formação de classe média, é certo que não podemos ainda encontrar testemunho entre nós.

A sociedade imperial era, como todos sabem, uma sociedade composta de proprietários agrícolas, cuja vida repousava nos preços dos produtos de exportação; de escravos, que em 1850 eram mais de 30% da população; e de homens livres não proprietários, vivendo de ínfimos salários nas cidades, onde freqüentemente se desocupavam.¹

¹ Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, 1945, p. 131 e segs.

Entre êsses extremos sociais não havia uma classe produtora, que enchesse o vazio, e que pela sua situação econômica pudesse lançar no país os empreendimentos que o desenvolvimento dêste reclamava.

Governavam os agricultores proprietários, nobilitados pelo Império; a economia que lhes convinha, e que a situação do país lhes permitia praticar, era a do câmbio alto, mantido, algumas vezes, à custa de expedientes onerosos para o país. O café viera assegurar ao balanço de comércio um excedente das exportações sobre as importações, reforçando, assim, no meado do século, o tipo colonial da nossa economia e atrasando a evolução natural para a diversificação econômica. Os artigos de importação chegavam por baixo preço, mas a falta de poder aquisitivo da população impedia que se exagerasse sua procura, e os governos, não podendo auferir, no interior de um país sem atividades, renda fiscal que lhes assegurasse o pesado custeio, recorriam ao empréstimo externo, reembolsável com o excedente das exportações.

São conhecidas as causas que influíram para a desorganização crescente e o artificialismo dessa economia, baseada na concentração maciça da renda nacional nas mãos de algumas famílias de proprietários.

No último decênio do Império, terminado o desastre financeiro da Guerra do Paraguai, em meio à sociedade agrária e escravocrata que se desorganiza, surgem sinais de uma nova ordem de coisas, prenunciada no ciclo de prosperidade de 1855-1864, dominado pela presença do Visconde de Mauá, e interrompida durante os anos de guerra, e que parece lançar de si novos rebentos, mais decisivos. Os preços de exportação elevam-se, nesse período, de mais de 60% sobre os anos anteriores, o câmbio de 18 passa a 25, capitais estrangeiros afluem ao país, não apenas para a clássica cobertura dos deficits orçamentários, mas para alguns investimentos benéficos às condições de desenvolvimento geral. Um período de industrialização incipiente se inicia sob o signo da iniciativa particular.²

Observa-se nesses dois últimos decênios a expansão industrial apontada pelos historiadores da nossa economia: de cerca de duzentos, nossos estabelecimentos fabris sobem a seiscentos, repartidos entre a indústria têxtil (60%), as de alimentação (15%), as de madeiras, produtos químicos e farmacêuticos e artigos de vestuário.

² *Ibid.*, p. 206.

A essa nova atividade, que reponta no quadro decadente da economia do Império, uma importante modificação social, ainda em esboço, se acrescenta.

De um lado, as pequenas indústrias que afloram, sem plano que as concentre, sem iniciativa estatal ou bancária que as promova, são a obra dispersa de indivíduos, que se estabelecem com recursos próprios, e não saem da classe rural dos proprietários. Imigrantes estrangeiros, ou comerciantes que começam com pequenos estabelecimentos, e os ampliam reaplicando lucros produzidos pelo próprio negócio, com eles se inicia uma classe, que contrapõe sua mentalidade pequeno-burguesa, seu espírito de precavida iniciativa, à mentalidade quase feudal da grande classe agrária.

Mas êsse rudimento de burguesia não seria capaz de alterar a estrutura da sociedade. A classe média nascente, a que se incorporam empregados e funcionários, vai buscar tôda a sua composição numa nova fôrça: o Exército nacional.

Não se tem dado, a meu ver, o relêvo devido a êsse fato capital da nossa história: a identificação do Exército com a classe média.

Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta, que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é também certo que essa deficiência surge compensada pela concentração de fôrça política, proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder nôvo: o militar.

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou a estabilidade e coesão interna, que dêle fariam, daí por diante, um dos pontos de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova fôrça, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de açúcar ou café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudo da classe média, que seria, em contraste com as faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar.³

É natural que o Exército venha desembocar, em poucos anos, no movimento republicano, como era natural que a formação

³ Primitivo Moacir, *A Instrução e o Império*, 3.º volume, São Paulo, 1938, p. 374.

de suas elites procurasse uma estrutura doutrinária no positivismo, em oposição ao catolicismo da monarquia.

Sinto que, apressado como estou de chegar a Rui Barbosa, não me seja possível tentar agora o exame do papel social que essa nova força iria desempenhar no regime republicano.

Basta cotejarmos a situação política das várias repúblicas latino-americanas, para compreendermos o que em qualquer delas tem representado a criação de um exército com quadros permanentes e estrutura estável: enquanto perduram as formações militares ocasionais ou irregulares, acessíveis ao prestígio de chefes de fortuna, reina o *pronunciamento*, a revolução de palácio; quando se alcança a etapa da institucionalização do Exército, este deixa de ser a estrutura, para pertencer à subestrutura política, e sua autoridade assume um caráter potencial.

Voltemos, porém, ao surto da classe média. Essa nova camada social, que se avoluma nos anos de ocaso da monarquia, traz consigo um destino, um imperativo vital, que se levanta contra as formas obsoletas da sociedade que a contém. Industriais e negociantes — a classe média civil — ligados ao exército nacional — a classe média militar — podem ter entre si discordâncias de idéias, antagonismos, mas estão ligados pelo mesmo imperativo de alteração dos quadros vigentes, e juntos se encaminham para a República.

Na nova ordem que se instaura, uma personalidade lhes resume o espírito e encarna os métodos: o ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa.

Não tenho aqui a intenção de analisar — e se tivesse, não teria autoridade — a obra do mais discutido administrador que já tiveram nossas finanças. Não importa ao meu objetivo saber se suas idéias econômicas eram as melhores, ou em que medida foram infelizes os resultados da grande experiência, a que ele se lançou nos seus quatorze meses de governo, compreendido no mais famoso período de especulação da nossa história econômica.

Quero, porém, salientar que nesses seus poucos meses de ministro das Finanças, Rui Barbosa conduziu a única experiência de governo de sua longa vida pública no sentido das medidas e reformas reclamadas pelo imperativo da ascensão da classe média.

Homem da classe média, éle próprio, vindo de uma estirpe provinciana, dada às profissões liberais, à magistratura e à política, e descendendo do ramo que se conservou pobre, en-

quanto os colaterais se aliavam à aristocracia agrária pelo casamento. ⁴ Rui Barbosa havia de ser um aliado natural dos homens industriais, de quem se esperava o desenvolvimento econômico do país e a renovação de sua mentalidade, e para quem desejava ver abertas as portas da oportunidade num meio até então congelado pelos privilégios da classe proprietária.

A êle se devia o texto da reforma eleitoral Saraiva, que, extinguindo a eleição em dois graus e alargando o censo, diminuiria o predomínio dos chefes locais e dos fazendeiros, em favor de um maior pronunciamento popular. ⁵

Seus planos de ensino, sua preocupação com a criação de um espírito técnico e artesanal no brasileiro já revelavam, sob o antigo regime, para onde apontava seu espírito reformador. ⁶ Era um bacharel convencido da supremacia que deve assumir a educação técnica em toda sociedade voltada para o dever de enriquecer. Era também um homem desligado, pela sua formação pessoal, tanto quanto por suas idéias, de vínculos com os interesses criados, com os privilégios econômicos dos grandes proprietários, ou com os compromissos estrangeiros de que se alimentara a monarquia.

Sua política no Governo Provisório foi mais de reforma social do que de reforma econômica.

O primeiro ponto em torno de que girou essa política foi, como é sabido, a reforma monetária, praticada dentro da linha que pouco tempo antes se traçara a monarquia. Esta, sentindo a necessidade de atender à expansão de numerário

⁴ Rui Barbosa, *Mocidade e Exílio*, ed. organizada por Américo Jacobina Lacombe, 3.^a ed., São Paulo, p. 17 e segs.

⁵ *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. VII, 1880, t. 1. — Rui Barbosa atribuiu a essa reforma eleitoral efeitos relevantes: "uma reforma que constitui uma verdadeira declaração de direitos [...] reforma a que a oposição constitucionalista do Senado atribuiu as proporções de uma segunda Carta e o prelúdio de uma revolução, que ela, pelo contrário, tende a evitar" (p. 318).

A reforma estabeleceu a eleição direta, considerados eleitores todos os que tivessem renda anual não inferior a Cr\$ 200,00; estabeleceu a elegibilidade dos acatólicos; aumentou consideravelmente o número de incompatibilidades. Diminuiu, em geral, o poder até então incontestável dos proprietários rurais. Na primeira experiência foram derrotados dois ministros.

⁶ *Obras Completas de Rui Barbosa*, vols. IX (tomo 1) e X (t. 1 a 4) — Reforma do Ensino Secundário Superior e Primário. Veja-se, especialmente, o caráter técnico impresso ao ensino secundário (*Imperial Liceu D. Pedro II*). Ainda sobre a importância do ensino técnico como fundamento da organização industrial veja-se o discurso no Liceu de Artes e Offícios. (*Obras Completas*, Vol. II, p. 255.)

reclamada pelos novos salários e pelo volume maior das transações, deliberara voltar ao regime dos bancos emissores, que trocara pelo das emissões do Tesouro depois da crise de 1864. Admitira, porém, dois alvitre: ou a emissão baseada em títulos públicos, ou a emissão sobre lastro metálico. Neste se haviam fundado as emissões do último Gabinete. Rui Barbosa, porém, acreditava que esse sistema acarretaria, pela liquidação em ouro dos saldos passivos do balanço de comércio, a queda do câmbio, a menos que se continuasse a protegê-lo com o expediente insustentável, usado pelos governos anteriores, de tomar empréstimos à *City* para atender aos compromissos externos do governo, que assim não concorria ao mercado de cambiais.⁷

“Em um país onde o equilíbrio do câmbio seja estável”, escreve êle na Exposição de Motivos de 18 de janeiro de 1890, “denotando a compensação normal de suas despesas pelos seus recursos naturais, a solução é racional e legítima, eficaz e criadora.” (*Anexos ao Relatório*, p. 5.)

No caso brasileiro, porém, pelo motivo exposto, essa solução se lhe afigura inexequível, e, das duas alternativas que estabelece a lei de 1888, adota a segunda — a circulação sobre títulos do Estado.

Recolher, segundo um plano progressivo, o papel-moeda emitido pelo Tesouro, atender às necessidades da circulação com bilhetes bancários vinculados a títulos do Estado, que se resgatariam progressivamente, tal é, em sua linha geral, o plano, para cuja execução o ministro da Fazenda confia a dez bancos a função emissora.

É certo que, no breve período de sua administração, Rui Barbosa cumpriu êsse programa financeiro com uma prudência que em vão lhe contestaram seus adversários. Os estudos criteriosos a que procedeu o Sr. Oscar Bormann não deixam persistir dúvida sobre aquelas cautelas, que permitiram reduzir, de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1891, o papel-moeda em circulação de 199.264:000\$000 a 165.381:000\$000, embora contemporaneamente se acrescesse o meio circulante de 199.530:010\$000 em bilhetes bancários.⁸

É certo, porém, que essa brusca expansão do meio circulante, agravada depois da saída de Rui do Ministério pelas emissões reiteradas de bilhetes, que, em fins de 1891, já ascendiam

⁷ Rui Barbosa, *Anexos ao Relatório do Ministro da Fazenda — A: Emissão e Crédito*, Rio, 1891.

⁸ Oscar Bormann, *Rui Barbosa — Ministro da Fazenda*. Rio, 1949, p. XLVI e segs.

a mais de 350.000:000\$000, representou sôbre a nossa economia uma pressão inflacionista, cujos efeitos sociais e financeiros não podiam escapar à previsão do ministro.

Como justificou êle a ampliação do meio circulante, tomada como ponto focal de sua reforma econômica?

A situação do nosso mercado monetário foi a primeira e a mais imperiosa das questões, que se me impuseram logo nos primeiros dias da revolução. A tentativa de uma circulação conversível, ensaiada sob os auspícios do contrato concluído pelo Ministério de 7 de junho com o Banco Nacional, caíra, e malograra-se logo aos primeiros passos. O Câmbio precipitava-se por um declive abrupto, sustido apenas à custa de sacrifícios, que não se poderiam prolongar definitivamente. Os bancos de emissão metálica retraíam descoroçoados a sua circulação. Os auxílios de papel-moeda, autorizados pela lei de 18 de julho, caíram sôbre o mercado ávido, como gôta d'água indiferente, não obstante haver-se chegado a transpor o limite da importância permitida. Um vasto afluxo de emprêsas e transações, que a revolução surpreendera, corriam risco iminente de esboroar-se em vasta catástrofe, assinalando com o mais funesto *Krach* a iniciação da República, sob a pressão de uma penúria invencível de meio circulante.

Foi entre essas perplexidades e sob o aguilhão dêsses perigos, que recorri à única salvação possível em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio circulante sôbre os títulos da dívida nacional. Indigitada pela malevolência e pela má-fé de uma reação furiosa e insensata como um sistema de monopólios fatais à liberdade do trabalho e à indústria nacional, essa instituição não tardou em se recomendar, pela experiência imediata dos seus efeitos, às simpatias de tôdas as classes laboriosas, como o maior acelerador, que jamais se concebeu neste país, da prosperidade do trabalho, como o maior difusor de crédito, o mais enérgico propulsor do nosso movimento industrial, a que veio imprimir inaudita atividade. (*Relatório*, p. 52.)

Vê-se por êsse tópico do seu *Relatório*, como por outras palavras que escreveu ou proferiu em defesa de sua atacada administração das finanças, que Rui Barbosa concebeu a expansão do meio circulante como um recurso de financiamento à produção, especialmente às iniciativas industriais novas, ou surtas nos anos anteriores.

Ao seu espírito progressista se impunha a necessidade de fomentar as atividades produtoras, num meio que há cinqüenta anos vivia, como ainda hoje, à margem de suas possibilidades naturais, dentro dos limites de uma estrutura, cuja manutenção dependia de conservar-se o rendimento nacional superconcentrado em mãos de uma minoria, cercada de uma população de subconsumidores.

A sociedade agrária e escravocrata se liquidara, introduzido nas lavouras o trabalho pago, abolida a monarquia que lhe assegurava os privilégios, e no Brasil, como no resto do mundo, se acelerara, na segunda metade do século, o crescimento da população. Uma nova realidade social extravasara para sempre dos quadros antigos, mas os caminhos da nova sociedade não estavam abertos, e para assegurá-los e desimpedi-los é que se voltava a política financeira, talvez um pouco ingênua, do Governo Provisório.

Que efeitos sociais decorriam da inflação de recursos, postos à disposição do público através dos bancos emissores?

Muitos são os aspectos da inflação, e longínquas as suas conseqüências no processo econômico, mas, como tem sido justamente observado, toda expansão da produção, obtida através de uma pressão inflacionária, socialmente significa o sacrifício de uma classe em favor da acumulação de riqueza em outros setores da sociedade.⁹

É fácil explicar o processo, a que se tem chamado *poupança compulsória* (*forced savings*), em que todo surto inflacionário se resolve.

Quando se introduz na circulação uma quantidade nova de moeda, esta não se distribui imediatamente pelas diferentes classes sociais, de um modo proporcional a seus antigos haveres. Se assim sucedesse, o aumento seria inócuo, e não haveria modificação real do poder de compra da população.

Sucedem, porém, que o incremento monetário se efetua, começando por uma classe que o recebe, ou a título de financiamento para os seus negócios, ou de pagamento de despesas públicas, ou a qualquer outro título. Esse grupo emprega os recursos recebidos na compra de artigos de consumo, ou em salários, equipamentos e imobilizações; na procura daquilo de que necessita, já exerce, porém, graças às novas disponibilidades, uma pressão maior, que conduz a uma primeira elevação de preços dos bens e serviços procurados. Os fornecedores desses bens e serviços passam então a procurar outros, de que necessitam por sua vez, e a exercer sobre uma terceira camada de prestadores de serviços e mercadorias a pressão de procura, que sobre eles se exercera. Nova majoração dos preços se assinala. E, ao cabo de algum tempo, os que venderem já serão daquela camada ou setor da sociedade que precisará aplicar os recursos percebidos em compras de produtos oferecidos pelos que se beneficiaram anteriormente da passagem da

⁹ V. Eugênio Gudim, *Princípios de Economia Monetária*, ed. Civilização Brasileira, 1943, p. 247 e segs.

nova corrente monetária. Ao procurarem os bens de que necessitam, já lhes encontrarão os preços majorados pelo rastro da inflação; e assim, a dilatação de recursos terá operado seus benefícios em favor das classes primeiro atingidas pela corrente monetária e em detrimento das atingidas em último lugar.

Suponhamos que a quantidade de mercadorias não se tenha alterado durante a passagem do jato monetário pelo organismo social: que terá êle operado? Apenas um deslocamento das fortunas, pois umas classes, as atingidas em primeiro lugar, terão aumentado seu haver à custa das que já encontraram os preços alteados quando a elas chegou o fluxo de recursos para aquisição de novos bens.

É por isso que se compara o processo inflacionário a uma "economia forçada", a que certas classes fôsem compelidas em favor de outras classes da sociedade.

Assim, se a corrente se inicia por um financiamento à indústria e à agricultura, quase sempre a classe compelida à privação pela propagação da alta dos preços é a dos rendeiros e assalariados, cujas rendas e salários perdem poder aquisitivo, sofrem um bloqueio indireto em favor da produção. Não foi outro o caminho do reequipamento da indústria alemã em 1920-1923.

Se, pelo contrário, a corrente monetária incide primeiro sobre salários ou sobre vencimentos de funcionários, a privação compulsória recai sobre as classes produtoras e, não raro, se resolve em processo de descapitalização.¹⁰

A corrente monetária que o ministro das Finanças do Governo Provisório lançou sobre a economia brasileira teve um papel social que merece ser pôsto em evidência, pelas suas repercussões posteriores na evolução brasileira.

Desde 1888, a monarquia decretara a emissão bancária, mas dirigira o fluxo monetário, de acôrdo com a sua instintiva tendência social, para a agricultura. 86.000:000\$000 foram garantidos aos fazendeiros pelo Ministério de 7 de junho para que fizessem frente aos compromissos de salários e às dificuldades criadas pela Abolição sem indenização prévia. Rui Barbosa, porém, não hesitaria em dar outro rumo à distribuição de recursos.

Verificada a inconveniência de semelhante sistema, a sua ineficácia, o seu caráter lesivo, quer em relação ao Tesouro, quer em relação à agricultura, deliberei suspender a execução desses convênios,

¹⁰ V. L. von Mises, *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel*, ed. Duncker, Humblod, 1924.

rescindindo logo os que me foi possível. Em consequência, apenas se entregaram aos bancos 47.250:000\$000. Daí, para o erário nacional, a economia de 39.000:000\$000. (*Relatório*, p. 29.)

Não é a agricultura, é a indústria nascente que se trata de financiar. É sobre esta que recai primeiro, através dos bancos emissores, a onda dinamizadora da emissão, dando lugar àquele processo de propagação do impulso monetário, a que aludi, e à imposição da economia forçada à classe agrária.

Nenhuma política poderia tão nitidamente traduzir o propósito instintivo de redistribuição da riqueza, em favor das forças vivas da nascente burguesia brasileira, como a que ensaiou, através do seu ministro das Finanças, o Governo Provisório.

Depende de maior estudo saber se o acréscimo do meio circulante, ensejado pela reforma de Rui Barbosa, traria ou não ao país um aumento efetivo dos seus investimentos reprodutivos. Nem sempre a emissão monetária tem os resultados estéreis, que hoje se proclamam, talvez sob a impressão da nossa experiência recente¹¹ em que a expansão do meio circulante foi principalmente aproveitada em favor do poder de consumo e dos investimentos irreprodutivos.

Muitas vezes sucede que a classe, em cujas mãos se concentra o benefício monetário, aplica suas novas disponibilidades em bens de produção, e em casos tais o resultado do processo inflacionário pode ser uma elevação ainda que transitória da capacidade de investir. É difícil, porém, dizer até que ponto esse teria sido o objetivo da reforma Rui Barbosa, ou o seu resultado, se sua marcha não tivesse sido prejudicada pelo advento de administradores novos, que ficaram responsáveis pelos exageros e descontrôles da fase final.

Rui Barbosa completou seu programa de defesa do parque industrial incipiente, que se esboçava, com a política protecionista que voluntariamente resultou da tarifa-ouro e involuntariamente da queda do câmbio.^{11a}

A tarifa-ouro servia no seu plano a um escopo financeiro, pois dotaria o Estado de recursos para pagar no exterior seus compromissos, sem ter de recorrer ao mercado de cambiais. Era, porém, ao mesmo tempo, uma proteção pautal, que se dispensava à produção brasileira, e essa proteção se acentuou com a queda do câmbio, já que nossas pequenas indústrias, fundadas nas matérias-primas do país, sobretudo no algodão, receavam mais a concorrência dos produtos similares manu-

¹¹ Observação feita em 1949.

^{11a} *Relatório — Direitos de Importação em Ouro*, Rio, 1891, p. 301.

faturados no estrangeiro, do que o encarecimento dos custos nacionais pela elevação de preço de matérias-primas importadas ou de equipamentos.

Expandem-se as indústrias sob o *Governo Provisório*: 452 novas fábricas, com um capital declarado de 200.000:000\$000, vêm oferecer emprêgo e melhorar a condição econômica da classe média, ainda que sem a estabilidade e a consistência necessária, como a crise subsequente viria revelar. É, porém, o próprio Rui Barbosa quem indica um dos aspectos mais desfavoráveis da conjuntura brasileira, nessa época: o número pôsto à disposição da iniciativa privada serviu em parte substancial para a compra, por brasileiros, de negócios pertencentes a europeus, e êstes, repatriando suas inversões, avolumaram a corrente emigratória de capitais.¹²

Este gravame de balanço de contas pareceu ao financeiro da República uma das mais vigorosas pressões baixistas sofridas pelo câmbio, cujas oscilações êle filiava exclusivamente ao equilíbrio dos pagamentos externos, recusando influência ao volume de moeda em circulação. Era natural: a influência do valor da moeda sôbre o nível de câmbio fôra pressentida e afirmada por economistas da escola liberal, Ricardo sobretudo, mas só recentemente começou a ser reconhecido que a comparação entre duas moedas, para fixação do câmbio, depende primordialmente do poder de compra de cada uma delas dentro do seu próprio país.

Rui Barbosa não descurou, porém, como muitos pensam, a defesa da exportação brasileira. Se é certo que suas reformas econômicas impunham sacrifícios e poupanças forçadas à classe agrária em benefício da burguesia nascente, empenhada na diversificação da economia do país, nem por isso desconheceu êle a importância das exportações, sôbre que assentava, como ainda hoje, a riqueza de um país sem mercado interno, e dependendo, para o sustento de sua população, de compras substanciais no exterior.

¹² "Ninguém ignora que o comércio, especialmente o grande comércio, das nossas praças mais importantes reside, na sua maior parte, para não dizer na sua quase totalidade, em mãos de estrangeiros. Esses acumuladores de riqueza reservam-na, em boa parte, para a pátria, onde concentram as suas aspirações, e para onde retiram o capital adquirido, ou a renda, que, até hoje, não foi convenientemente taxada, ao menos para salvarmos, a benefício do país, uma quota módica dessas fortunas amontoadas à custa dêle. Essa tendência constitui um favor permanente de depauperação nacional, invertendo contra nós a proporção real entre o ativo e o passivo das nossas relações com o estrangeiro." (*Ob. cit.*, p. 317.)

Sua idéia foi dar à nossa exportação um segundo produto de combate, que diminuísse o risco de nos reduzirmos à boa ou má fortuna do mercado de café.

O algodão brasileiro que aparecera nos mercados europeus, em consequência do retraimento da produção norte-americana em 1865, alimentando aqui a prosperidade inicial dos anos *setenta*, fôra em 1877 expulso pelo seu grande concorrente; e só nos últimos anos do Império se erguera, ao lado do café, um produto cujo fastígio havia de ser fugaz: a borracha.

Rui Barbosa voltou-se para o açúcar.¹³ Esse produto, em tórno de que girara a economia brasileira em certa fase da colônia, estava morto, como artigo de exportação, pelos preços comparativos de outros países, menos onerados de fretes e com menor custo de produção. O ministro da Fazenda do Governo Provisório compreendeu que o tratado com os Estados Unidos da América do Norte — necessário à novel república brasileira sob tantos aspectos, quando se lhe fechava a *City*, numa interrogativa desconfiança e numa solidariedade compreensível com os interesses criados à sombra do poder imperial — poderia ser a ocasião de abrir ao velho produto, arraigado em nossos hábitos agrícolas, a oportunidade de ressurgimento.

Impunha-se obter que os Estados Unidos concedessem isenção aduaneira ao nosso açúcar, com o compromisso de não estenderem igual benefício às lavouras cubanas e filipinas, de que com vantagem de preço se abasteciam. A conjuntura era favorável à pretensão brasileira, pois os Estados Unidos se empenhavam numa política que pusesse em crise as relações entre os cubanos e a Espanha.

A intervenção de Rui Barbosa nas negociações a cargo do nosso ministro em Washington abonam sua visão realista do problema, e a compreensão que tinha das finalidades práticas de uma diplomacia verdadeira.

Infelizmente, porém, já sem a intervenção de Rui Barbosa, o tratado americano desfechou num compromisso illusório, que a variação de política dos Estados Unidos logo fêz desvanecer.¹⁴

Foi esse também o desfecho de outros planos, concebidos pelo ministro das Finanças nos 14 meses de sua gestão. Começados por êle, acabados por outros, tornaram-se na sua vida pública um oneroso passivo, que sua constante pugnacidade, sua incessante defesa, não conseguiram liquidar. Alguns seriam

¹³ Rui Barbosa, *Finanças e Política da República* (O Tratado Americano), Rio, 1892, p. 403.

¹⁴ *Ibid.*, p. 416.

talvez planos felizes se as administrações posteriores os tivessem compreendido, e respeitado. Outros seriam susceptíveis de reajustamentos e inflexões, se quem os concebeu houvesse podido presidir à sua realização.¹⁵

Mas no fragmento de estátua inacabada, que é a obra financeira de Rui Barbosa, é possível ler com perfeita clareza o sentido social do seu programa, que seria, como tenho dito, libertar as forças novas, que já pulsavam no seio da sociedade, e que substituiriam a estrutura agrária e feudal do Império por uma estrutura de maior diversificação econômica, em que se distribuisse e estabilizasse a incipiente classe média.

Não foi possível. Dirão outros: era cedo. O certo é que a República voltou, pouco depois, a ser governada pela classe agrária, que lhe impôs os seus homens representativos, como Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, e na expansão irresistível da economia cafeeira fundou-se a grandeza da praça de Santos, lançaram-se as bases da verdadeira industrialização brasileira, em tórno dos mercados de energia elétrica, sobretudo onde se acumulavam as disponibilidades deixadas pelo café, isto é, em São Paulo.

A classe média, porém, seguiu seu caminho. Não logrou desenvolver no país uma economia pequeno-burguesa, que lhe assegurasse organização e estabilidade. Manteve-se, pelo contrário, como classe essencialmente móvel, cujos elementos circulam através da sociedade, atingindo, de um lado, as camadas superiores pelo sucesso profissional ou pela fortuna, e confluindo constantemente, de outro lado, no proletariado.

Não há exagêro em dizer que está nessa ágil, plástica, e engenhosa classe média, o fermento mais ativo da nossa evolução social. É dela que surgem os homens de iniciativa, cujos empreendimentos começam hoje a formar, nas maiores cidades, essa primeira camada de grandes burgueses, cujo espírito capitalista é, entretanto, logo seduzido pelo contágio da antiga constantemente, de outro lado, no proletariado.

Ramificada numa burguesia móvel, que se insinua em tôdas as atividades econômicas — comércio, indústria, profissões liberais — e numa classe estável, vivendo de rendimentos fixos e ocupada em problemas básicos da existência do país — a classe militar — continua essa classe média a ser no nosso tempo o que era quando da proclamação do regime: o núcleo de cres-

¹⁵ Sobre a administração financeira de Rui Barbosa, em todos os seus aspectos, além da obra já citada de Oscar Bormann, v. Humberto Bastos, *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica*, Rio, 1949.

cimento da sociedade, o ponto gerador de sua energia, e de sua adaptação a esforços de complexidade superior.

Nada seria mais lógico do que, dentro dessa classe média, alguns choques entre o seu ramo civil e o seu ramo militar. A classe militar, pela importância que assume na sua formação mental e no desenvolvimento do seu trabalho a consideração muito imediata do interesse público, tenderia ao nacionalismo, ao liberalismo mitigado e à confiança preponderante na iniciativa do Estado. A classe média civil cultivaria mais o espírito de iniciativa privada, desenvolveria o sentido do antagonismo entre os direitos do indivíduo e o poder, e permaneceria liberal em política e em economia, malgrado a herança mercantilista, que a cada passo conduz os seus homens representativos à solicitação de proteção ou intervenção do Estado.

Dessa mentalidade, que procurou interpretar e veicular na sua curta, porém intensa experiência de governo, e de que se fizera, em longos anos de oposição política, a consciência viva, era natural que Rui Barbosa se viesse a tornar o símbolo.

Tôdas as vicissitudes do seu destino estiveram ligadas aos problemas vitais da classe, que melhor representava o povo como coletividade política operante, e que êle encarnava. É compreensível, pois, que a volta dos fazendeiros ao poder lhe houvesse fechado as portas do governo, a que aspirava. A classe média não tinha consistência que lhe assegurasse a conquista do poder. O café governou a chamada Primeira República, e quando a escolha do presidente escapou às mãos da oligarquia partidária, na sucessão de Afonso Pena, produziu-se a crise entre os dois ramos da classe média, que foi a epopéia do civilismo.

Ainda aí a casta agrária deu o peso de sua influência à vitória do Marechal; o governo militar adquiriria, naquele instante, um sentido oposto ao que tivera no advento do regime: o Exército já se tornara o poder subjacente, estabilizador das instituições e fiscal do jogo partidário, que as forças conservadoras do país podiam aplaudir sem temor.

Foi, porém, no correr da campanha civilista, que Rui Barbosa se tornou o herói popular legendário, cujo culto continua vivo no país.

Tudo na sua figura, no seu pensamento, no seu destino, dêle faz o herói dessa burguesia nascente, que encheu o vazio interno da sociedade de senhores e escravos, e que ainda hoje não completou sua longa, difusa, mas constante ascensão.

Desde logo, é em tôrno dêle que se cria o culto social, bastante significativo, do *homem inteligente*. O aprêço exagera-

do pela inteligência, elevada ao primeiro grau na hierarquia dos valores, é característico dos povos ou das classes em luta contra as resistências de um meio social já consolidado. Não ocorre no seio das aristocracias; não ocorre na grande burguesia, nas gerações posteriores à sua estabilização; e é curioso observar que não ocorre no proletariado, cuja ascensão depende de outros recursos de luta. Ocorre, porém, nas burguesias nascentes, onde a inteligência é o meio por excelência de vencer, o valor a que se rendem eventualmente todos os outros e que não consolida privilégios.

A legenda um pouco ingênua do *homem mais inteligente do país*, soma-se neste herói da burguesia o sortilégio da *grandeza do homem pequeno*. É fácil imaginar o poder emocional deste contraste entre uma pequenez natural e a grandeza da capacidade, que a supera; como que se exprime ali, no destino de um só homem, o que uma classe em ascensão e luta pensa e espera de si.

Todos os dons reais ou imaginários, que se reconheceram ou que se atribuíram a Rui Barbosa — seu saber, supostamente enciclopédico, seu preparo de poliglota, sua capacidade de trabalho, seus esforços mentais sem proporção com seu físico, seu gênio verbal desmedido — carregariam de uma energia emocional indestrutível o vínculo eletivo que o prenderia à sociedade de que estava fadado a ser o ideal.

A isso acrescentemos a coincidência de sua vida e personalidade com os padrões preferidos da classe que nêle se veio a reconhecer e simbolizar. A vida de Rui Barbosa foi um repertório dessas virtudes, circunstâncias e episódios que modelam o ideal ético da classe média, e constituem os fatores determinantes do seu comportamento social: não teve os favores e as facilidades da existência dos filhos das classes privilegiadas; foi um produto do seu trabalho e do seu merecimento; como filho, deu testemunho de uma *pietas* exemplar; foi um homem de cuja vida amorosa não veio escândalo, e que ofereceu à sociedade o exemplo da felicidade e do decôro no casamento; como intelectual, é espantoso o grau de identificação de suas idéias gerais com o pensar mais corrente e aplaudido na sua época; na sua obra, sem juízos extravagantes, reflexões inacessíveis ou caminhos perigosos passeia-se como num tranqüilo e policiado campo aberto; aquela inteligência, de que todos reconhecem o soberano poder de expressão, de demonstração e de polêmica, não tem momentos de dúvida ou recantos de mistério; os sentimentos que confessa, as descri-

ções que nos oferece do seu próprio ser moral são sempre edificantes e exemplares.

Que outro homem estaria predestinado, senão êsse, para unir a sua figura à da classe e do povo, cujo advento social êle profetizou?

Ainda agora, quando refletimos na atualidade de sua presença, vemos que a lição de Rui Barbosa não reside apenas nas idéias, que propagou em seus livros e discursos, nem nas atitudes que assumiu por fidelidade aos valores com que compôs o seu credo doutrinário. Reside também nessa confiança que êle depositou nas forças mais vivas do nosso povo, capazes de construir uma sociedade nova, de vencer a estagnação, o compromisso e o privilégio da sociedade antiga, fadada a transformar-se.

É êsse Rui Barbosa criador e impetuoso, êsse reformador social, êsse símbolo de uma classe cheia de futuro, que a meu ver pode e deve ser considerado o *estadista do progresso* em nosso meio, onde as maiores figuras de homens públicos antes encarnam a prudência, a moderação, o espírito conservador.

Rui Barbosa teve uma passagem fugaz pelo poder, nos dias críticos e decisivos do Govêrno Provisório. A êle não tornou, nos trinta anos que ainda lhe durou a vida pública, mas essa frustração no presente permitiu que se avantajasse o sentido profético de sua vida, e que entre êle e as forças vivas do nosso povo se estabelecesse a aliança que presenciamos.

Que quer dizer para êsse povo o nome Rui Barbosa? Quer dizer certamente a doutrina liberal e o culto do direito. Mas também quer dizer o substrato social, que animou e vivificou sua pregação de idéias: progresso econômico, enriquecimento, ampliação e diversificação do trabalho brasileiro, técnica, iniciativa, renovação das classes dirigentes, reforma social.